



1 **ATA DA 5ª REUNIÃO CONJUNTA DOS COLEGIADOS AMBIENTAIS**

2 **PRIMEIRO DIA**

3 No dia vinte e seis de março de 2015, no auditório da Secretaria da Educação, Centro
4 Administrativo da Bahia, realizou-se o primeiro dia da quinta reunião conjunta dos
5 Colegiados Ambientais promovida pela Secretaria do Meio Ambiente – SEMA a
6 iniciativa conta com a participação dos Conselhos Estaduais de Meio Ambiente da
7 Bahia e de Recursos Hídricos (Conerh/Ceptram), da Comissão Interinstitucional de
8 Educação Ambiental (Ciea) e do Fórum Baiano de Comitê de Bacias Hidrográficas
9 (FBCBH); será apresentado o Balanço da Gestão 2011/2014 com intuito de promover
10 a integração e a troca de informação entre os participantes e durante este evento
11 ainda será realizada avaliação do Programa Federal (Progestão) iniciativa
12 desenvolvida pela Agência Nacional de Águas – ANA que visa promover e fortalecer o
13 modelo brasileiro de governança das águas, bem como promover a efetiva articulação
14 entre o processo de gestão e regulação de seus usos; em seguida convidou para
15 abertura da sessão o secretário de meio ambiente Sr. Eugênio Spengler, o Deputado
16 Marcelino Galo representando a Assembléia Legislativa, o Sr. Aurinézio Calheira
17 Barbosa superintendente do Comitê de Fomento de Camaçari – COFIC e o
18 representante da Organização Social Sr. Renato Cunha; Sr. Célio Pinto
19 superintendente do IBAMA. Estiveram presentes os membros integrantes dos
20 Conselhos Estadual do Meio Ambiente e de Recursos Hídricos – CEPRAM/CONERH,
21 Fórum de Comitê de Bacias Hidrográficas, Comissão Interinstitucional de Educação
22 Ambiental – CIEA e demais convidados. Após a apresentação do Hino da Bahia o Sr.
23 Aurinézio Calheira saudou a todos falando da importância dos trabalhos que serão
24 iniciados, parabenizou o Governo do Estado pela decisão em manter a equipe de meio
25 ambiente representado pelo secretário Eugênio Spengler que tanto modificou a gestão
26 de meio do Estadual pela continuidade de um trabalho que acredita ser melhor ainda
27 do que a primeira gestão; disse que espera contribuir cada vez mais na expectativa de
28 poder transforma o Estado sustentável; comentou ser um momento muito difícil para
29 toda sociedade brasileira em todos aspectos, mas é preciso enfrentar os desafios.
30 Passada a palavra ao Sr. Renato Cunha que saudou a todos, dizendo que era um
31 momento importante de buscar a participação de todos Colegiados no processo de
32 fortalecimento e discussão de políticas públicas no Estado; registrou que várias pautas
33 de políticas feitas pelo Estado não passam pelos Colegiados nos últimos anos; relatou



34 que a organização teria várias demandas e sugestões para contribuir com o
35 planejamento a ser apresentado, as quais gostariam que viessem a ser contempladas
36 nas discussões dos Colegiados; citou também a fragilização dos municípios no que
37 compete a gestão ambiental. Passada a palavra ao Sr. Célio Costa Pinto saudou a
38 todos dizendo que além dos trabalhos normal de conselheiro pretendia ser um elo do
39 Ibama, do Instituto Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente com o Cepam e o
40 Governo do Estado da Bahia para trazer assuntos e apoio técnico que eleve o nível da
41 discussão, para que possa avançar fazendo um balanço das conquistas, mas visando
42 transpor diversas dificuldades em uma sociedade complexa diante do atual cenário
43 nacional. Passou a palavra ao Sr. Deputado Marcelino Galo saudou a todos falando da
44 importância de se avançar na participação e no controle social, trabalhar no sentido
45 junto com as organizações para que possam influir sobre políticas públicas e ações da
46 sociedade. Passou a palavra ao Sr. Eugênio Spengler cumprimentou e agradeceu a
47 presença de todos e falou da importância da abertura da agenda com os Colegiados;
48 informou que realizou reunião com os Comitês de Bacias para discutir políticas de
49 gestão das unidades; fez apresentações dos representantes das superintendências e
50 diretorias do sistema Sema; destacou a presença do Sr. Bruno Jardim atual diretor de
51 Gestão de Águas do Inema; a pauta do período da manhã refere-se ao Balanço de
52 Gestão que seria apresentado em dezembro de 2014, devido o Decreto de contenção
53 de despesas impediu a realização de qualquer atividade que incidisse em custos e a
54 tarde será apresentada o planejamento geral para o que está propondo para o
55 desenvolvimento de ações no Estado no próximo período, bem como o envolvimento
56 dos conselheiros nas discussões do PPA para o Território de Identidade na defesa das
57 questões dos programas ambientais; disse que concordava com a necessidade de
58 fortalecer os Colegiados, isso requer discussões com pautas específicas no âmbito
59 das competências de cada Colegiado com agendas efetivas de gestão que deve ser
60 discutida com o CEDETER, os Conselhos Territoriais, Sindicato dos Trabalhadores
61 Rurais e com vários movimentos que estão fora dessas instâncias; enfatizou que será
62 discutida e deverá ser estabelecida a cobrança de água até o final do ano ou início no
63 ano seguinte, discutir agencia de bacia; falou da importância de renovação dentro dos
64 Colegiados e é fundamental que haja discussão entre os seus pares; registrou que
65 pretende manter uma agenda de véspera de reunião do Colegiado com a intenção de
66 receber os representantes de segmentos, estando disponível em qualquer momento,
67 havendo demanda; informou que encaminhará o Relatório das Ações Inema e Sema



68 período 2011/2014, aos membros dos Colegiados; iniciou falando sobre o Sistema
69 Estadual de Informações de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEIA e sua
70 funcionalidade, que é formado por módulos, um deles, Módulo sobre Licenciamento
71 Ambiental e algumas questões que devem ser fundamental; também fez destaques
72 para o Módulo de Análise Prévia do Geobahia (MAP), onde todas as informações
73 serão sobrepostas, mas para que, esse modulo possa rodar se faz necessário a
74 aquisição de um equipamento com maior capacidade que custa 100 mil dólares e não
75 existe no Brasil; enfatizou que posteriormente esse sistema passe a funcionar, a idéia
76 é tornar obrigatória a consulta prévia garantindo a qualidade do processo; no momento
77 o sistema está voltado para atividade eólica, mesmo sem a conclusão de informações;
78 o próximo passo será o Oeste do Estado da Bahia, considerando a maior fronteira
79 agrícola e a mais principal do Brasil e do mundo, inclusive já foi solicitado um
80 levantamento de disponibilidade de terras devolutas ao núcleo da Procuradoria Geral
81 do Estado e da Coordenação de Desenvolvimento Agrário - CDA órgão de
82 regularização fundiária, para incluir no mapa; falou sobre o sistema de integração do
83 CEFIR; explicou se essas terras devolutas apresentarem valores importantes da
84 biodiversidade deve ser transformadas em Unidade de Conservação ou cota de
85 reserva ambiental pra preservar; falou sobre o instrumento de Zoneamento Ecológico
86 Econômico - ZEE cuja peça técnica está concluída e próximo passo é a elaboração da
87 minuta de Lei a ser encaminhada a PGE para instituição do ZEE; informou que foi
88 recebido da WWF o produto final de áreas prioritárias para conservação; além do
89 critério de fauna e flora foi feita uma discussão e exigido critérios de água; espécies
90 ameaças de extinção; foi recebido a lista de espécie e prevêm um estudo onde estão
91 ocorrendo; também foi recebido informações sobre ocorrências de aves migratórias;
92 em seguida o Sr. Eugênio Spengler passou a palavra ao Sr. Edson dos Santos para
93 falar sobre o programa Estadual de combate a desertificação e efeito das secas; falou
94 da proposta de instituir o Comitê gestor do PAE e tem como elemento novo a minuta
95 de Lei da Política Estadual de Convivência com o semi-árido; registrou o Ministério de
96 Meio Ambiente e os Estado do Nordeste realizaram quatro seminários regionais em
97 2014, numa perspectiva de elaborar uma política de enfrentamento dos efeitos da
98 seca e o Nordeste manifestou ao Governo Federal que não enfrentaria a Seca; falou
99 que se precisa de mecanismos de tecnologias e renovações, principalmente com as
100 experiências desenvolvidas pela sociedade civil de convivência com o semiárido,
101 nesse sentido a Bahia assumiu elaborar uma minuta de Lei concluída em 2014, neste



102 não tem a representação da sociedade civil o que será submetida, contudo teve uma
103 participação relevante com a sociedade civil num seminário com articulação do
104 semiárido baiano e outras não baianas onde foram eleitas e indicadas as diretrizes,
105 então o PAE foi norteador e a política Estadual tem como norte quatro ou cinco
106 componentes; informou que no dia anterior ocorreu uma reunião com a PGE que
107 emitiu um parecer sugerindo ajustes a dois ou três artigos da referida minuta de Lei
108 que, após ser apresentada ao Governador e homologada, será encaminhada a
109 Assembleia Legislativa. O Sr. Eugenio Spengler passou a palavra a Kitty Tavares que
110 informou que a diretoria(Diretoria de Estudos Avançados de Meio Ambiente- DEAMA)
111 que a mesma representa está subordinada a Superintendência de Políticas de
112 Planejamento Ambiental e passou a assumir também o Programa de Gestão
113 Ambiental Compartilhada – GAC que atualmente conta 8 (oito) convênios celebrados
114 com Consórcios Públicos de Desenvolvimento Sustentável que atingem 104 (cento e
115 quatro) municípios e 6 (seis) convênios estão em análise; disse que trabalha definindo
116 capacitação, bem como acompanhamento técnico para dar suporte aos municípios,
117 CEFIR, Licenciamento e Fiscalização; comentou que os Consórcios em análises
118 representam 65 (sessenta e cinco) municípios, além dessa atividade de
119 acompanhamento propõe se executar um diagnóstico das atividades de gestão
120 compartilhada; falou sobre as ações desenvolvida no Programa Estadual de Formação
121 em Meio Ambiente e Recursos Hídricos (FORMAR), também são desenvolvidas ações
122 juntamente com a Diretoria de Educação Ambiental (DIEAS) no âmbito da Biblioteca e
123 Memorial do Meio Ambiente Milton Santos. Continuando, o Sr. Eugenio Spengler
124 passou a palavra a Zanna Matos diretora da DIEAS falou sobre as ações realizadas
125 juntamente com o programa FORMAR contemplando de municípios das nove
126 unidades regionais e municípios de abrangências; citou a implementação de plano de
127 ação local desenvolvido com o projeto Pacto pela Vida Boca Piro que objetiva
128 transversalizar a Educação Ambiental em diversas linguagem pedagógica e didática,
129 conta com dois Álbuns Seriados e várias outras ações com parcerias; citou a questão
130 do fortalecimento de apoio a Cogestão das Salas Verdes. O Sr. Eugênio Spengler
131 ressaltou o financiamento liberado pela FAPESP destinado a projetos de Pesquisas
132 para Ciência e Tecnologia Ambiental, Valoração Econômica dos Recursos Naturais
133 em Áreas Protegidas, bem como o Programa de Desenvolvimento Ambiental (PDA-
134 BA); disse que está em elaboração o Manual de Referência Florestal pela empresa
135 TNC; foram criados 4 (quatro) Centro de Referência de Restauração Florestal com



136 convênios entre Universidades e Ministério Público Estadual para Curso de Coleta de
137 sementes e Produção de Mudanças; iniciou as contratações para execução do Projeto
138 Cerrado - Cadastro Ambiental Rural, Prevenção e Combate a Incêndios Florestais,
139 assim como os programas: semeando águas no Paraguaçu região Chapada
140 Diamantina com recursos financiado pela PETROBRÁS e revitalização da Bacia do
141 Rio Cachoeira – ambos em desenvolvimento; com relação Fiscalização e
142 Monitoramento conta com os programas Bahia sem Fogo e Monitora em parceria com
143 o MMA; citou ações em andamento dentro da gestão de recursos hídricos, a
144 contratação de Consórcio para execução do mapeamento para cobertura vegetal
145 fundamental para o bioma cerrado; Plano de bacia, da conservação da biodiversidade,
146 proposta de enquadramento de corpos de água e cadastro de usuários de 07 Bacias
147 Hidrográficas, cuja execução varia de 55% a 25%; com relação ao Fundo Estadual
148 do Meio Ambiente (FERFA) financiado 370 mil para execução de 12 projetos para
149 educação ambiental e 5 milhões e 800 mil para execução de projetos para restauração
150 florestal; com relação as Unidades de Conservação algumas questões foram
151 colocadas Redefinição do Parque Estadual em Morro do Chapéu com aumento de
152 área e o Parque de Pituvaçu surgiu uma nova área; Implementação de 02 Projetos
153 socioambientais na APA Serra Branca e Joanes-Ipitanga ; cobrança de 31 milhões da
154 Compensação Ambiental e destinação de parte desse valor; reconhecimento de 17
155 RPPNs das 24 existentes; foram lançados Editais que selecionou 4 cooperativas de
156 Assistência Técnica Rural (ATER) para desenvolvimento agrícola, inclusão produtiva
157 de entorno de UCs; com relação ao programa de consolidação territorial, citou a
158 publicação da Instrução Normativa referente a regularização fundiária; falou sobre a
159 compensação de reservas legal; ressaltou as discussões realizadas com o Conselho
160 Gestor de Serra do Conduru para definir o modelo de gestão compartilhada das
161 Unidades de Conservação, sendo que a proposta é selecionar por Editais entidades
162 da sociedade civil que possam desempenhar parte das funções e principalmente o
163 investimento das Unidades; sobre as 9 (nove) Regionais que funcionam com as
164 questões mais ligadas a licenciamento e fiscalização propõe-se vincular na efetiva
165 participação de Comitês de Bacias e Gestão de Bacias Hidrográficas, Gestão de UC'S
166 e das políticas de restauração; fez referência ao fortalecimento de criação de
167 Conselhos; citou que a atuação do CEPRAM apesar da retirada da função de
168 licenciar, ampliou a participação de maior número de entidade e garantindo a questão
169 regional para discutir mais política e regulamentação; disse que reconhece problemas



170 no funcionamento dos Comitês de Bacias, bem como com os Conselhos de Unidades
171 de Conservação; comentou que está tendo de dificuldades para manter agenda
172 regular dos Colegiados por conta da escassez de recursos. O conselheiro Idalécio
173 Ribeiro falou da importância de se realizar um encontro entre os Colegiados
174 Ambientais e os municípios. O Sr. Eugenio Spengler disse que concordava com a
175 manifestação do conselheiro Idalécio, mas por questões de cortes de recursos, a
176 princípio não teria como atender essa proposta. Retomada a sessão no turno
177 vespertino, a Sra. Mariana Mascarenhas relatou que pela manhã foi apresentado o
178 Balanço da Gestão 2011/2014, foram sugeridas algumas questões de planejamento e
179 o Relatório completo será encaminhado aos membros desse Colegiado. Naquele
180 momento, deu início as intervenções dos membros inscritos: a conselheira Bernadete
181 fez referência ao sistema de cadastramento CEFIR e questionou se a Sema faria
182 algum encaminhamento caso áreas prioritárias forem identificadas em área de minério
183 importante; quanto ao sistema Geobahia sugeria que ocorressem alguns ajustes na
184 questão de cadastramento devido a inconsistência de dados; também se a CDA vai
185 utilizar esse cadastro para regularização fundiária e como se daria o processo de
186 terras devolutas; sugeriu uma apresentação sobre os Convênios com os Consórcios.
187 Daniel Barreto perguntou se existe um prazo para integração do SEIA com os
188 municípios e como seria o apoio, os municípios teriam o próprio servidor para
189 armazenar informações ou será utilizado o servidor Estadual; questionou quanto as
190 informações que antes eram acessadas no sistema *Cerberus* e não são encontradas
191 no sistema SEIA; questionou se dentro do sistema MAP será disponibilizado o
192 mapeamento de educação ambiental; se o mapa desenvolvido pela WWF para o
193 Estado da Bahia qual seria os procedimentos caso haja divergências de informações;
194 parabenizou o FORMAR pela facilitação de realização do primeiro curso de Educação
195 Ambiental no Oeste; questionou que a crítica dos alguns seriados que não passam
196 pela CIEA; saber informações sobre os critérios adotados para aprovação das 17
197 novas RPPN's; pediu a atenção para as Unidades de Conservação e citou que a
198 Estação Ecológica de Formosa de Rio Preto a única Unidade do Oeste da Bahia de
199 proteção integral encontra-se com estrutura bastante precária, bem como as APAS
200 estão sem gestão; qual o ganho real socioambiental na visão do gestor de todas as
201 ações Sema/Inema colocadas e também e qual o ganho para biodiversidade,
202 principalmente na questão do GAC. O Sr. Eugenio Spengler responde as
203 manifestações: quanto a mineração pode se discutir qual o limite dessa mineração, e



204 estabelecer critérios permanente para impedir ou restringir o uso dessas áreas; quanto
205 ao CEFIR a Sema utilizará a base para fazer regularização fundiária, isso está se
206 discutindo com a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) baseado nas poligonais
207 demarcadas e finalização dos dados será utilizado para lançar no CEFIR e ocorrendo
208 alguma divergência será adequado junto ao Inema; com relação a terras devoluta,
209 uma vez identificada, será regularizado; colocou que o objetivo do Convenio com
210 Consorcio é fortalecer a gestão ambiental local e a capacitação e como contrapartida o
211 Estado entra com ações através do FORMAR, questões administrativas que são
212 complementares; disse não existia prazo concreto para entrega do SEIA considerando
213 haver problemas com fornecimento de redes de computadores, porem está sendo
214 desenvolvido gradativamente, quanto ao acesso a base é a mesma; informou que o
215 sistema *Cerberus* está funcionando; dentro do SEIA terá espaço para inserir todas
216 experiências sócio de educação ambiental, e o MAP é um instrumento que trabalha a
217 questão da paisagem e características, é uma ferramenta de tomada de decisão de
218 gestão; informou que está sendo financiado através do FERFA o levantando via
219 Universidades de experiências de educação ambiental desenvolvidas por várias
220 entidades da sociedade civil e estará disponível para consulta; se tiver alguma
221 divergência entre o estudo de áreas prioritárias para conservação Federal e Estadual e
222 desse estudo alguma área ficar de fora da Federal será considerado a base do
223 Federal mais a Estadual por ser complementar a Federal; com relação a RPPN existe
224 uma Portaria nº 51/2001-Inema que aprova Instrução Normativa que estabelece a
225 regra geral para oferta de área e reconhecimento por parte do Inema; ressaltou que
226 um dos procedimentos é a realização de 3 consulta pública; informou que será
227 lançado um Edital para Unidade de Estação Ecológica e já existem investimentos para
228 infraestrutura; com relação ao fundo comentou que, quanto mais o município se
229 estrutura e capacita pessoas para fazer gestão ambiental há um ganho ambiental por
230 maior capacidade de gerenciamento em todos os aspectos. O conselheiro Luiz
231 Marsala falou que existem três *megas* projetos turísticos na região Costeira sem o
232 Plano de gerenciamento; se referiu que o Plano citado pelo Sr. Eugenio Spengler será
233 implementado a partir de 2016, perguntou como o Inema poderia licenciar os projetos
234 sem nenhum parâmetro e como estão avançando sobre o modo de vida das
235 populações tradicionais, e, de pensar que esses projetos só deveriam ser executados
236 a partir dos marcos regulatório, citou também o ZEE; sobre os Consorcio para
237 implementar a questão licenciatória e fiscalizatória dos municípios com relação a



238 questão ambiental, os técnicos a serem contratados pelos municípios serão
239 concursados ou contratados de forma temporária considerando que o Estado vai
240 investir e depois deixará de ter essa mão de obra; solicitou que fosse abordada a
241 situação dos Gestores das Unidades de Conservação e atualização dos planos de
242 manejo e reforça a sugestão que a gestão só ocorresse após a regularização do
243 marco regulatório. O conselheiro Idalécio dos Santos perguntou se a minuta do projeto
244 ZEE passaria novamente pelo Colegiado para uma avaliação em relação à realizada
245 no ano passado; como será o acesso do público com relação aos processos de
246 licenciamento sem o uso da senha; pediu esclarecimento referente a procedimentos
247 de desmatamento autorizado mais desmatamento ilegal, quais os estudos que
248 mostram os efeitos da biodiversidade, como a Sema traduz na prática, o processo de
249 cogestão das salas verdes; como será realizado o apoio a pequenos agricultores até
250 quatro módulos fiscais, para utilizar o CEFIR; disse que considera importante o
251 fortalecimento dos Colegiados ambientais, mas é preciso estabelecer uma relação
252 mais próxima com as demais Secretarias, inclusive com as que compõem a CIEA e
253 não participam; lembrou da Lei de Regulamentação da Política Estadual de Educação
254 Ambiental da CIEA que se encontra parada há quatro meses na PGE. O Sr. Eugênio
255 Spengler colocou que o licenciamento não para por não existir o ZEE; disse que os
256 limites estabelecidos para Unidade de Conservação de APA são os mesmos
257 estabelecidos na Lei do Código Florestal com maiores critérios; existem dois planos de
258 manejo há anos sem decisão do CEPRAM; com relação a contratação de técnicos
259 para o Consórcio não existem nenhuma Lei que exija que tem que ser por concurso;
260 colocou que terá que ser pactuado no CEPRAM a metodologia para aprovar os planos
261 de manejo e propõe que se faça uma discussão do que é essencial para um plano de
262 manejo; comentou que a regra geral sobre supressão de vegetação é APP e Reserva
263 Legal que determina, organiza e impõe um limite; informou que o Estado vai pagar a
264 execução do CEFIR. Existe 2 (dois) contratos de Consórcio para 3.500 cadastros, tem
265 as associações de Escolas Famílias agrícolas fazendo dois mil cadastros, tem
266 Prefeituras que firmaram convênios com a Sema, além do contrato de financiamento
267 com BNDES, tem uma estratégia montada de Consórcio com a SDR preparando um
268 pacote de 25 mil propriedades em meio digital a poligonal do CDA e qualquer entidade
269 que tenha capacidade para executar pode ser feito o Convênio; quanto ao
270 fortalecimento dos Colegiados acredita que é importante realizar as reuniões conjuntas
271 de certa forma garante a integração, e uma outra questão que deve avançar seria na



272 integração com outros Colegiados a exemplo de Território de Identidade, povos e
273 comunidades tradicionais, inclusive já foi proposto uma agenda com o CEDETER; com
274 relação ao ZEE está em discussão com a Secretaria de Planejamento e outros setores
275 do Governo para finalizar a minuta de proposta da Lei a ser encaminhada a
276 Assembléia entende-se que para essa peça técnica foi feita consultas públicas e é
277 insuficiente, deve ser feito um projeto de Lei que institui e cria o Comitê de
278 acompanhamento, aperfeiçoamento e atualização do ZEE com participação da
279 sociedade civil, setor empresarial e Governo para definir o papel, são 800 diretrizes e
280 não tem como encaminhar dessa forma, a ideia é que venha como Decreto
281 Regulamentador e ter o cuidado para o não engessamento de sua aplicação. O
282 conselheiro Evilásio Fraga com realização a apresentação sobre mapeamento com as
283 Eólicas, qual a Escala de produção? O conselheiro Carlos Romero pergunta com
284 relação à gestão municipal qual seriam os mecanismos usados, para que de fato essa
285 gestão chegue aos municípios? comentou sobre a devastação da caatinga; disse que
286 são observados os escândalos que vêm ocorrendo no município de Feira de Santana
287 com a gestão de licenciamento, autorização de construção numa nascente e o Inema
288 interditou, o mesmo ocorreu na nascente do Rio Subaé também interditado pelo Inema
289 através do CONDEMA; tem também a questão das dificuldades com re-caatingação;
290 questionou se existe algum estudo no Estado referente ao plantio do NI; como resolver
291 a questão dos quadri-ciclos em cima das tartarugas no município de Barra do Jacuípe;
292 colocou que, no município de Itaim as pinturas rupestres estão sendo destruídas pelas
293 Pedreiras; no município de Feira de Santana próximo a Lagoa Erivaldo Cerqueira a
294 nascente fica fora da Lagoa e o proprietário afirma que vende e nem aterra, como o
295 Estado pode interferir. O conselheiro Martin Mayr comentou que o Inema licenciou de
296 janeiro a fevereiro 61 mil hectares de supressão de vegetação nativa e autorizou a
297 capacitação de 400 mil metros cúbicos por ano de rios, se for nesse ritmo não
298 chegaria a 15 anos para acabar com todo cerrado existente, dentro desses 61 mil
299 hectares encontra-se 24 mil na Fazenda Estronda com péssima fama, não houve
300 audiência pública, e foi apresentada uma Licença de Outorga da Fazenda vizinha,
301 tecnicamente considerada; interrogou se esse processo estaria sendo executado pela
302 Sema/Inema de forma objetiva; propôs que, os critérios para o licenciamento fossem
303 novamente reforçados. O Sr. Eugenio Spengler se colocou para respostas: disse que
304 todo sistema georeferenciado é multi Escala; esclareceu que o Estado estava
305 contratando um sistema de Horto fotos que dará um nível de precisão maior; com



306 relação ao licenciamento do Inema é considerado muito bom e um dos melhores, o
307 conflito em relação à supressão de vegetação existente no Estado da Bahia,
308 diferentemente do Estado do Rio de Janeiro que registrou no último ano ter autorizado
309 apenas 280 hectares de supressão de vegetação, quando na verdade não deveria ter
310 autorizado nenhum porque é Mata Atlântica; na questão das outorgas o Estado aplica
311 o Estudo da Agencia Nacional de Águas (ANA); registrou que atualmente recebe uma
312 série de demanda para Poço artesiano e está sendo outorgado com base no estudo
313 da ANA exigindo monitoramento para recarga do aquífero, não está sendo autorizada
314 a construção de 20, 30 poços, são autorizados gradativamente para efeito de
315 acompanhamento de impactos do aquífero; disse que entendia que não se deve
316 permitir o uso integral da água disponível para uso econômico no Oeste, deve
317 aumentar a vazão dos rios para permitir a captação dos rios na margem dos rios para
318 o semiárido; salientou que para tentar resolver essas questões, o principal ponto seria
319 discutir o pacto pelo uso da água de todos os aquíferos e reservatório superficiais;
320 apontou que o espaço para essas discussões é o Comitê de Bacias. O conselheiro
321 Martin Mayr contra argumentou o posicionamento do secretário e retratou que a
322 sociedade civil deve se unir, ir a campo e trabalhar essas questões. Com relação ao
323 GAC respondendo aos questionamentos do conselheiro Carlos Romero o programa
324 prevê apoio, estruturação e a capacitação dos municípios, o impacto é originário e
325 não há como impedir a atividade; em relação a qualidade das licenças, cem por cento
326 dos autos de infração são encaminhados ao Ministério Público que avalia o tipo de
327 infração; disse que está se articulando com a SDR que ficou com a Biofábrica dar um
328 pouco do perfil para trabalhar no fomento e na extensão para Viveiros municipais e de
329 entidades, melhorando a capacidade de reprodução de mudas para reflorestamento;
330 falou que não tem dados detalhados sobre o NI, mas entra na questão de manejo de
331 exótica, sabe-se que está em proliferação e plantio muito grande; quanto a questão
332 das tartarugas na região de Barra do Jacuípe o conselheiro Célio Pinto informou que o
333 IBAMA já fez várias intervenções nessa região com muitas processadas e
334 encaminhadas ao Ministério Público; disse que o Projeto Tamar foi acionado e estão
335 juntamente com a Polícia fazendo campanhas. O Sr. Eugenio Spengler colocou que o
336 Chico Mendes está discutindo a criação de uma Reserva de Vida Silvestre e restrição
337 de uso; com relação às Pedreiras deve-se verificar se está licenciadas, o Inema não
338 licencia Pedreira em área de pintura rupestre e uma das regras é a Anuência do
339 IPHAN. O conselheiro Renato Cunha reforçou o envio do Relatório de Gestão



340 2011/2014, para que possa fazer uma análise das atividades realizadas pela
341 Sema/Inema; fez várias observações dentro do que foi apresentado; ressaltou o
342 licenciamento no que diz respeito ao controle social, assim também como a questão
343 do SEIA até que ponto as informações serão públicas, para que se possa interferir de
344 alguma forma; fez observações sobre os problemas enfrentados com a fiscalização,
345 não colocado na apresentação; retratou que o IBAMA tem uma atuação mais restritiva
346 não atua em toda Bahia; disse que os municípios não estão se preparando para
347 fiscalização e o Inema não consegue atender todo Estado; citou a questão das
348 compensações, sabe-se que a aplicação dos recursos não é simples, mas é uma
349 questão que tem que ser vista com prioridade; salientou que a gestão das UC'S
350 precisa de uma melhora significativa. A conselheira Leila Oliveira informou que existe
351 um trabalho desenvolvido pelo Fórum Florestal do Extremo Sul da Bahia de toda
352 cobertura Florestal daquela região, em sua opinião vale apenas o Governo conhecer,
353 ver a possibilidade de utilizá-lo; solicitou a Sema a possibilidade de publicar na página
354 do SEIA as Entidades credenciadas e ou habilitada para cadastramento no CEFIR. O
355 Sr. Eugênio Spengler se reportou a esses questionamentos dizendo que nem tudo
356 está perfeito, reconhece que existe uma série de problemas e incapacidade de
357 resolver tudo; retratou que nos últimos anos a função do CEPRAM se ateve a uma
358 série de discussões, a exemplo do ZEE e outras demandas a pedido do próprio
359 Conselho; com relação à questão Recursal acredita que a Câmara Técnica não dará
360 conta e deve-se pensar numa discussão sobre o assunto; explicou como utilizar a
361 ferramenta do SEIA que acessa e consulta pública de qualquer processo de
362 licenciamento sem senha; enfatizou que se deve preocupar com a qualidade ambiental
363 e responsabilização do empreendedor, e não com a qualidade dos processos;
364 registrou que do ponto de vista do concurso público de 2012, foi colocado o mesmo
365 número de servidores para licenciamento e fiscalização; disse que entendia que a
366 fiscalização será melhor com o uso de tecnologia; salientou que não existe um
367 Sistema Nacional de monitoramento ambiental e nem Estadual, o MAP é um dos
368 elementos que vai permitir essa atividade; existem alguns mecanismos que são
369 fundamentais e necessário, o Estado reconhece que tem insuficiência de capacidade
370 de números de técnicos para atender a contento, portanto deve buscar parcerias para
371 esse processo; disse que quando for realizar os estudo de cobertura vegetal na região
372 do bioma mata atlântica, os estudos específicos serão considerados; com relação as
373 Entidades credenciadas para fazer o cadastro, qualquer uma pode fazer, a Sema



374 orienta e treina. O conselheiro Célio Pinto colocou que o IBAMA no controle de
375 fiscalização, trabalha com o Plano Nacional de Proteção Ambiental, cujo orçamento é
376 discutido com toda superintendência no final do ano, para garantir o ano seguinte, as
377 operações são mapeadas e planejadas, são feitas 3 campanhas anual na Bacia do
378 São Francisco juntamente com a FPI, Inema e mais 17 órgãos; disse que é preciso
379 integrar os planejamentos, sistemas em rede, para que o cidadão seja atendido por
380 um dos órgãos mais próximos. A conselheira Alexandra Cotrim solicitou informações
381 referentes à validação de dados em campo para questão do mapeamento da
382 cobertura vegetal; perguntou se já tinha previsão de entrega do Manual de
383 Restauração de Área degradada, bem como se vai sofrer interferência no programa de
384 regularização ambiental, considerando a adesão dos produtores rurais. O Sr. Jorge
385 Luis Carneiro questionou não ter identificado nenhuma ação do Consórcio sobre o
386 aquífero de Tucano, atividade sisaleira, aterros sanitários e de lava jato. O Sr. Manoel
387 Ailton falou das questões relacionadas com a vida, considerando aquém das questões
388 econômicas para se ter sustentabilidade no planeta, e mais ainda que todos devam
389 repensar não somente as próprias ações, mas buscar a unidade e fazer uma reflexão
390 profunda sobre a que ponto de destruição chegamos. O Sr. Eugenio Spengler colocou
391 que, com relação às avaliações sobre mapeamento, o Inema já estava analisando as
392 Cartas para contratação de uma Instituição para validação geral dos dados; informou
393 que o Manual de Restauração ficará pronto até o final do ano, mas isso não invalida o
394 compromisso assumido anteriormente; com relação ao aquífero de Tucano existem
395 estudos feitos pela ANA em análise, e foi solicitado um estudo completo do Tucano e
396 apoio para fazer análise também do Sul da Bahia, inclusive de águas subterrâneas do
397 Estado para obter um mapeamento completo; quanto ao aterro sanitário é de
398 competência da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – Sedur e a execução das
399 políticas de saneamento e água está com a Secretaria de Infra-estrutura hídrica,
400 apesar da Sema ter participado das discussões para elaboração do projeto de Lei de
401 políticas públicas para resíduo sólidos, bem como Projeto de Regulação da Lei em
402 discussão; com relação aos comentários do Sr. Manoel Ailton, o Sr. Eugênio Spengler
403 argumentou a pouca capacidade de resistir a determinadas pressões; disse que há
404 necessidade de aprofundar os mecanismos de zoneamento e ordenamento territorial
405 para estabelecer zonas de restrições ou de proibições. A Sra. Maria Alice (Lilite)
406 sugeriu que a Sema criasse um Núcleo, para que durante o período em que o SEIA
407 está em construção, às pessoas pudessem se reportar para buscar informações;



408 reiterou os 10 pontos prioritários apresentados pelos Colegiados em reunião anterior
409 de planejamento e gostaria que antes do planejamento, fossem revistos e discutidos
410 em pauta dessa reunião; sugeriu que, com à criação do Conselho de Serviços
411 Ambientais todos os temas apresentados nesse Conselho passassem pelos
412 Colegiados Ambientais. O conselheiro Miguel Accioly parabenizou à continuidade do
413 secretário Eugenio Spengler a frente das atividades da Secretaria do Meio Ambiente;
414 citou três pontos que devem ser pontuados diante da pauta proposta dessa reunião:
415 conhecer, planejar e avaliar; com relação ao conhecimento, foi citada a participação
416 das Universidades, em sua opinião as pesquisas devem ser induzidas, para que os
417 dados das pesquisas sejam utilizáveis; com relação ao planejamento foi falado em
418 várias ferramentas que podem ser super eficientes, mas se os dados que a alimentam
419 não forem coerentes, utilizáveis e adequados não funciona, portanto o planejamento
420 não funcionará; em sua opinião deve-se tomar cuidado com a qualidade dos dados
421 que alimentam; exemplificou a questão dos planos de manejo que devem ser
422 execução e ação baseados nos dados disponíveis; quanto ao monitoramento, sugere
423 avaliar os resultados para saber quantas ações mudaram a situação no que diz
424 respeito ao meio ambiente, o importante é avaliar os impactos dos resultados para
425 identificar o que precisa ser modificado; por fim, citou a frase do secretário Eugênio
426 Spengler “...se eu não fizer outros fazem”. – não concordando, considerando que isso
427 faz parte de uma atitude de predador. A Sra. Edilene Carvalho falou sobre o projeto de
428 mudas Paiaia financiado pela CAR sem a contemplação de capital de giro, contudo, foi
429 feito mapeamento de área, coleta, beneficiamento e plantação de mudas pela
430 Comunidade, voluntariamente, ao término do projeto já havia 30 mil mudas plantadas,
431 dessas, 13 mil foram vendidas e 17 mil estão na iminência de perdê-las por falta de
432 compradores; questionou, diante disso, qual seria o incentivo da Sema a ser dado
433 para a comunidade Indígena. O Sr. Eugenio Spengler informou a Sra. Maria Alice que
434 as informações de demandas devem ser reportadas a Secretaria Executiva dos
435 Colegiados (Secex); com relação aos assuntos, na medida do possível, os temas
436 políticos é discutido com todos os segmentos, mas tem alguns específicos que não dá
437 pra discutir com todos os Colegiados, é importante que os membros integrantes que
438 compõe os Colegiados discutam com os seus segmentos; manifestou concordar com
439 o conselheiro Miguel Accioly em sua colocação sobre os pontos levantados, mas
440 acrescentaria a questão da execução, acredita que mostrando o que foi feito os efeitos
441 são mostrados; concorda que é possível se fazer uma avaliação mais qualitativas;



442 quanto ao planejamento é para se integrar um pouco mais e gastar menos, é
443 necessário dar uma melhorada na execução a partir de um planejamento que integra
444 as questões, bem como o dado da ferramenta, a exemplo do ZEE entende-se que os
445 dados devem ser validados a partir das discussões e pesquisas que validam o estudo;
446 buscar organizar as informações existentes e identificar as que faltam. Em seguida, se
447 referiu à manifestação da Sra. Edilene informando da existência de um programa de
448 biodiversidade e um dos focos é a restauração florestal; foi solicitado 50 milhões ao
449 Governo Federal para desenvolvimento de projetos e restauração florestal que
450 envolverá desde mapeamento de matrizes, sementes, coletas e redes de viveiros.
451 Após, se referiu a expressão “...se eu não fizer outros fazem”., apontada pelo
452 conselheiro Miguel Accioly – retratou que talvez tenha sido mal interpretado, apesar de
453 já ter expressado outras vezes, na verdade se tenta desenvolver uma série de
454 instrumentos para fortalecer a gestão, mas outro vem e faz. Finalizando a sessão do
455 primeiro dia de reunião, apresentou a pauta para o segundo dia será a discussão e
456 elaboração do planejamento setorial, por Colegiado e agendar posteriormente uma
457 nova reunião conjunta para apresentar o geral; a Sema apresentará o planejamento
458 aos Colegiados, sendo que o Conerh tem uma pauta com deliberação; será
459 apresentado o planejamento de todas questões relacionadas a Biodiversidade,
460 Recursos Hídricos e o Programa de Controle Ambiental. A conselheira Mariana
461 Mascarenhas informou que serão apresentadas demandas levantadas das áreas
462 técnicas do sistema Sema/Inema para apreciação e sugestão.

463 **Presidente:** Eugenio Spengler

464 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas

465 **Representantes da Sema:**

466 Edison Ribeiro dos Santos – SPA/SEMA

467 Luiz Antonio Ferraro Junior – SEP/SEMA

468 Zanna Matos – Dieas/SEMA

469 Kitty Tavares – Deama/SEMA

470 Bruno Jardim – DIRAG/INEMA

471 **Membros integrantes dos Colegiados:** Cepram, Conerh, Ciea e FBCBH:

472 Alessandra Cotrim Reis – AIBA

473 Antonio Marcondes – FETAG

474 Aurinézio Calheira – COFIC

475 Bernadeth Simões - Território de Identidade/Itapicuru



- 476 Carlos Romero – PRISMA
- 477 Célia Cavalcanti – IBAMA/MMA
- 478 Célio Pinto – IBAMA/MMA
- 479 Claudio Carilo Magalhães – COPIBA
- 480 Claudio Coelho Santos – UESB
- 481 Daniel Melo – GERMEN
- 482 Edilene Carvalho – Povos Tradicionais/Indígena
- 483 Edvalda Aroucha - Associação Flora do Brasil
- 484 Ely Pimenta – SEPLAN
- 485 Evilásio Fraga – Sind. dos Produtores Rurais de Ibicoara
- 486 Fábio Barbosa – SEC
- 487 Idalécio dos Santos – ADES
- 488 Isabelle Blengini – REABA
- 489 Jorge Farias – ABENFAC
- 490 Jorge Luiz Carneiro – ADEJU
- 491 José Roberto Celestino – SINAENCO
- 492 Josefa Rita da Silva – FETAG
- 493 Leila Márcia Oliveira - Sindicato Rural de Camacan
- 494 Livia Oliveira de Carvalho – SEPLAN
- 495 Lucimeire Passos – Instituto Mata de Cipó
- 496 Luiz Vitor Marsala – IDEIA
- 497 Manoel Ailton – Assoc. Quilombolas/Bacia do Rio Salitre
- 498 Marcelino Galo – ALBA
- 499 Márcia Telles - INEMA
- 500 Maria de Fátima Espinheira – SEPLAN
- 501 Maria Emília Blanc Amaral – PRISMA
- 502 Maria Lúcia Brito – Bacia do Leste
- 503 Mariana Stefanelli Mascarenhas
- 504 Marina Sacchi – REJUMA
- 505 Martin Mayr – ADES
- 506 Melquiades Oliveira – CEPDES
- 507 Miguel Accioly - UFBA.
- 508 Miguel Polino – Bacia do Recôncavo Norte
- 509 Moane Sousa – CEPEDDES



- 510 Osvaldina dos Santos – Associação Flora do Brasil
- 511 Pedro Marcelino – SETRE
- 512 Rafaela Santana da Silva – FETAG
- 513 Renato Cunha – ADES
- 514 Sara Guimarães – REBAL
- 515 Sergio Bastos – SINPEQ
- 516 Sergio Freitas – ICMBIO
- 517 Sergio Thadeu Dias - ABAV-BA
- 518 Sergio Tomich – SEDUR
- 519 Silvana Canário – SEMA
- 520 Sonia Andrade – PMS
- 521 Wilson Andrade – ABAF